



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

EDITAL Nº 01/2019 – SAP/SC

REGULAMENTAÇÃO DA PROVA TEÓRICA DO NOVO CURSO DE FORMAÇÃO - SEXTA FASE DO CONCURSO PÚBLICO

A **COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO** destinado a prover vagas para o cargo de Agente Penitenciário, atual Policial Penal, Edital nº 01/2019-SAP/SC, e o **DIRETOR DA ACADEMIA DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA** no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no item 14.2, fixa as normas e procedimentos para a realização da prova teórica referente à Sexta Etapa do concurso, o curso de formação profissional, na forma abaixo.

1. A prova teórica visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições do cargo de Agente Penitenciário, atual Policial Penal, e versará sobre os conteúdos das apostilas de cada disciplina do Curso de Formação Profissional – CFP, as quais foram disponibilizadas no *Moodle*. O conteúdo programático também está elencado no Anexo II.

1.1. A prova teórica será realizada em duas etapas, nas datas prováveis de **19 e 20 de novembro de 2022**:

1.2. Local – Centro Tecnológico (CTC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sito no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, R. Delfino Conti, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900.

1.3. O candidato que não comparecer nos dias estabelecidos estará automaticamente **reprovado** do CFP e conseqüentemente do certame.

2. Normas para ingresso e prestação da prova teórica:

2.1. O ingresso será realizado através de portão específico, devendo o candidato acompanhar no site do concurso sua alocação em sala/grupo.

2.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova nos horários e datas estabelecidas pelo Edital e apresentar documento original de identificação.

2.3. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada ou que não apresentar a devida identificação.

2.4. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista (com foto), carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

- 2.5. Só serão aceitos documentos originais e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos cópias mesmo que autenticadas.
- 2.6. O candidato só poderá ter consigo no local de prova a ele determinado: Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta; Documento de identificação; se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas, em quantidade suficiente para todo o período de prova.
- 2.7. O candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta para realizar a prova. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde à prova daquele dia, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.
- 2.8. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação envia todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 2.9. A existência de erros ou imperfeições no caderno de provas, caso não sejam reclamados durante a avaliação, não poderão ser arguidos posteriormente ou justificar pedido de anulação de questões.
- 2.10. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas.
- 2.11. O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.
- 2.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta, e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de questões ou em qualquer outro local.
- 2.13. Será atribuída nota 0 (zero) à questão: Cujas respostas não coincidam com o gabarito oficial; Que contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is); Com mais de uma opção de resposta assinalada; Não assinalada no cartão de respostas; Preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

- 2.14. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão de respostas devidamente assinado e o caderno de provas.
- 2.15. A não assinatura no cartão resposta implicará na atribuição de nota 0,00 (zero) à prova do candidato e na sua conseqüente desclassificação.
- 2.16. Durante a prova **não** será permitido(a): A comunicação entre os candidatos; A consulta a qualquer obra ou anotação; O uso de relógio, telefones celulares ou qualquer outro equipamento receptor/emissor de sinal eletromagnético, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura bem como o porte de armas; A saída do candidato de sala sem o acompanhamento de um fiscal e ou portando o cartão resposta ou caderno de prova; Fumar ou ingerir alimentos e bebidas, exceto água acondicionada em embalagem transparente sem qualquer rótulo e ou etiqueta.
- 2.17. Por razões de segurança, não será permitida a entrega da prova e cartão resposta e ou a saída do local onde a prova se realizar, antes de decorrida 1 hora do seu início, mesmo que o candidato seja desistente ou tenha sido excluído.
- 2.18. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do CFP, sendo atribuída nota zero à Prova Escrita, e conseqüente desclassificação.
- 2.19. O porte de qualquer tipo de armamento, sob qualquer alegação, impedirá a entrada do candidato no local de aplicação da prova, não ficando a ACAPS com a guarda do armamento eventualmente trazido pelo candidato.
- 2.20. Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo.
- 2.21. O caderno de prova e o gabarito preliminar serão divulgados a partir das 21h do último dia de aplicação, no site do concurso público: <http://sap.fepese.org.br/>
- 2.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 2.23. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões.
- 2.24. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser submetido à revista pessoal e ou de seus pertences, a varredura eletrônica e a identificação datiloscópica.
- 2.25. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar a situação à Acaps através do *e-mail* acapsconcurso@acaps.sc.gov.br **até o dia**



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

14/11. O pedido deverá ser acompanhado de original de laudo médico que comprove as informações prestadas.

2.26. Os resultados da prova teórica e a respectiva classificação serão publicados no site do Concurso Público na Internet: <http://sap.fepese.org.br/>.

3. A aplicação da prova teórica seguirá o cronograma abaixo:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais da prova	12h
Ingresso dos candidatos	12h às 12h40min
Fechamento dos portões dos locais da prova – proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	12h40min
Abertura dos invólucros e distribuição dos cadernos de prova. O candidato deverá aguardar o comando para iniciar a sua resolução.	12h50min
Início da prova	13h
Período mínimo de permanência no local de prova. Até às	14h
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	18h

3.1. A prova consistirá em 180 questões de múltipla escolha, divididas em duas etapas, sendo 90 questões no primeiro dia, e 90 questões no segundo dia de prova. Para cada questão serão apresentadas 5 (cinco) alternativas (a, b, c, d, e), das quais uma única será a correta.

3.2. A nota da prova teórica será expressa de 0,00 a 10,00, sem arredondamento.

3.3. Cada disciplina terá 10 (dez) questões valendo 1,00 ponto cada, devendo o aluno atingir no mínimo 6,00 pontos em cada disciplina, conforme item 14.19 do Edital.

4. A distribuição das questões da prova e o valor a elas correspondente acham-se no quadro abaixo:

Etapa 1	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO	TOTAL
Normativa do Departamento de Polícia Penal	10	1,00	10,00
Legislação Aplicada ao Servidor	10	1,00	10,00
Conduta Funcional e Regime Disciplinar	10	1,00	10,00
Fundamentos Jurídicos da Responsabilização Criminal	10	1,00	10,00
Políticas Públicas para Reintegração Social	10	1,00	10,00
Gerenciamento de Crise	10	1,00	10,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Inteligência Penitenciária	10	1,00	10,00
Sistema de Comando em Operações	10	1,00	10,00
Educação em Direitos Humanos	10	1,00	10,00

Etapa 2	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO	TOTAL
Atendimento Pré-hospitalar	10	1,00	10,00
Prevenção e Combate a Incêndio	10	1,00	10,00
Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo	10	1,00	10,00
Intervenção Tática Penitenciária	10	1,00	10,00
Escolta e Vigilância Externa	10	1,00	10,00
Unidade de Tiro Defensivo (Teoria geral do armamento e tiro)	10	1,00	10,00
Noções de Radiocomunicação	10	1,00	10,00
Sistema de Identificação e Administração Penal IPEN	10	1,00	10,00
Operacionalização do Sistema Penitenciário	10	1,00	10,00

5. Da nota final do CFP.

6.1 A nota final do CFP se dará através da média aritmética das notas de todas disciplinas.

6.1.1 A nota da disciplina de Unidade de tiro defensivo (UTD) se dará através da média aritmética da nota da prova prática e da prova teórica de UTD.

6.2 Serão descontadas as eventuais infrações disciplinares para compor a nota final do CFP.

6.3 De acordo com o item 14.19 do Edital, o candidato que não obtiver, no mínimo, 6,00 pontos em cada avaliação de disciplina, mesmo após a prova de recuperação, ou que não obtiver frequência integral no Curso, salvo faltas devidamente justificadas e abonadas pela Coordenação do CFP, será considerado reprovado.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Anexo I - Cronograma da última fase

Evento	Início	Final
Prova teórica do CFP	19/11	20/11
Publicação dos gabaritos		20/11
Prazo recursal dos gabaritos	21/11	22/11
Prova prática de recuperação da disciplina de Unidade de tiro defensivo (se houver candidato com nota inferior a 6,0)		24/11
Resultado da prova prática da disciplina de Unidade de Tiro Defensivo (UTD)		25/11
Despacho dos recursos dos gabaritos		28/11
Publicação do resultado preliminar das notas do CFP		29/11
Prazo recursal – prova prática recuperação UTD e do resultado preliminar	30/11	01/12
Despacho dos recursos – prova prática recuperação UTD e do resultado preliminar		02/12
Convocação para prova teórica de recuperação		02/12
Prova Teórica de Recuperação CFP		04/12
Publicação dos gabaritos		04/12
Prazo recursal	05/12	06/12
Despacho dos recursos		09/12
Publicação do resultado preliminar das provas de recuperação		12/12
Prazo recursal	13/12	14/12
Despacho dos recursos		15/12
Resultado definitivo das provas de recuperação		16/12
Publicação das notas finais do Curso de Formação Profissional		16/12
Publicação do resultado preliminar do Concurso Público		16/12
Prazo recursal	19/12	20/12
Resultado dos recursos		22/12
Resultado definitivo do Concurso Público (Classificação Geral)		23/12
Homologação do Resultado do Concurso		26/12



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Anexo II – Conteúdo Programático

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR: Importância do Atendimento Pré-Hospitalar no Cotidiano. Legislação Aplicada ao Ato de Socorrer: Canais de emergência; Como e o que devo informar ao serviço de emergência?; Segurança do socorrista; Equipamento de proteção individual (E.P.I.) e kit de atendimento. Noções de Anatomia Humana: Divisão e conformação do corpo humano; Posições anatômicas; Posturas anatômicas decúbitos; Planos anatômicos; Sistemas do corpo humano; Sistema esquelético; Sistema muscular; Sistema respiratório; Sistema circulatório ou cardiovascular; Sistema nervoso. Sinais vitais. Prioridade de atendimento e método S.T.A.R.T.. Avaliação primária: Desmaio; Acidente Vascular Cerebral; Parada respiratória; Parada cardiorrespiratória; Trauma; Fratura; Imobilização e transporte de vítimas; Imobilização de membros; Transporte de vítimas; Técnicas com um socorrista; Técnicas com dois socorristas; Técnica com três socorristas; Acidentes causados por choque elétrico; Hemorragias; Convulsão; Engasgamento; Queimaduras; Ferimentos por arma de fogo e ferimento por arma branca. Noções de A.P.H. Tático: Noções de balística; Nomenclatura e fases do A.P.H. tático; Técnicas do APH tático. Apostila: Atendimento Pré-Hospitalar.

CONDUTA FUNCIONAL E REGIME DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO: Princípios Constitucionais da Administração Pública: Princípio da Legalidade; Princípio da Impessoalidade; Princípio da Moralidade; Princípio da Publicidade; Princípio da Eficiência. Princípios Implícitos Constitucionalmente: Princípio da Finalidade; Princípio da Motivação; Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade; Princípio do Interesse Público; Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório; Princípio da Razoável duração do processo. Legislação Comentada: Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992; Lei Complementar nº 774, de 27 de outubro de 2021; Anexo II – Descrição e Especificação do Cargo; Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010; Decreto nº 1.470, de 15 de setembro de 2021; Portaria nº 1273/GABS/SJC, de 06/09/2018. Apostila: Conduta Funcional e Regime Disciplinar Administrativo.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Conceito, Classificação, Características e História dos Direitos Humanos: O que são os Direitos Humanos?; Classificações; Características dos direitos humanos; Características históricas – gerações – dimensões – famílias; Multiculturalismo dos direitos humanos. Legislação Nacional e Internacional Sobre Direitos Humanos: Legislação internacional / tratados internacionais de direitos humanos; Status de emenda constitucional; Status supralegal; Fases dos tratados; Federalização dos crimes contra os direitos humanos – incidente de deslocamento de competência (idc); Criação do sistema global de proteção dos direitos humanos – ONU; Assembleia geral da ONU; Declaração universal dos direitos humanos (DUDH); Estatuto de Roma / Tribunal Penal Internacional (TPI); Convenção americana sobre direitos humanos / pacto de São José da Costa Rica (1969); Quais os mecanismos de fiscalização para saber se os estados estão cumprindo o pacto?; Regras mínimas das nações unidas para o tratamento de presos / regras de Mandela de 2015; Regras de Bangkok (2010); Habeas Corpus; *Bill of Rights* – declaração de direitos (Inglaterra, 1689); Legislação nacional: Direitos fundamentais e princípio da dignidade da pessoa humana; Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH); Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014; Lei de combate à tortura – lei 9.455/97; Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) – Lei 12.847/2013; Comitê Nacional de Prevenção E Combate à Tortura; Lei de Combate ao Abuso de Autoridade – Lei 13.869/2019; Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH); Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010; Audiência de custódia. Minorias no Sistema Prisional e Grupos Específicos: Direitos humanos, minorias do sistema prisional e grupos específicos; Mulheres; Estrangeiros; Indígenas; Analfabetos; Idosos; Pessoas com deficiências físicas; População LGBTI+: Como custodiar a travesti?; Como custodiar a mulher transexual?; Como custodiar o homem trans?; Como custodiar



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

uma pessoa intersexo?; Como custodiar as lésbicas e os gays?; Política nacional do nome social; Depois da alocação da travesti, mulher transexual ou pessoa intersexo na unidade onde cumprirá sua pena (feminina ou masculina), é possível haver mudança?; Como proceder em relação à visita da população LGBTI+?; A pessoa LGBTI+ tem direito à visita íntima?; Deve haver atenção específica à saúde da população LGBTI+?. Apostila: Educação em Direitos Humanos.

ESCOLTA E VIGILÂNCIA EXTERNA: Legislação e Documentação. Planejamento de Escolta. Materiais e Equipamentos Utilizados na Escolta de Presos. Técnicas de Condução de Presos: Condução individual de preso algemado para frente; Condução individual de preso algemado para trás; Condução coletiva com dois policiais para dois ou mais presos; Condução do preso à viatura. Procedimentos de Escolta: Condução de veículos oficiais; Tipos de escoltas; Contraemboscada; Técnicas de abordagem policial: Aspectos legais da abordagem policial, Tipos de abordagem, Requisitos da abordagem, Princípios da abordagem, Situações em que o policial penal deve abordar pessoas extramuros, Procedimentos de abordagem a pessoas em automóveis. Apostila: Escolta e Vigilância Externa.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL: Do objeto e da aplicação da lei de execução penal. Princípios. Da assistência. Do trabalho. Direitos. Deveres. Disciplina. Faltas disciplinares. Regime disciplinar diferenciado (RDD). Sanções e recompensas. Estabelecimentos penais. Progressão e regressão de regimes. Permissão de saída e saída temporária. Remição de pena. Uso de algemas. Ingresso, transferência e saída de presos. Monitoramento eletrônico. Apostila: Fundamentos Jurídicos da Responsabilização Criminal.

GERENCIAMENTO DE CRISE: A Importância do Gerenciamento de Crises no Sistema Prisional. Histórico. A Crise e seu Gerenciamento: Conceitos Fundamentais: Crise; Gerenciamento de Crise; Características da crise. Aspectos Conceituais do Gerenciamento de Crise: Objetivos; Critérios de ação; Classificação dos graus de risco; Níveis de resposta; Tipologia dos causadores. Doutrina do Gerenciamento de Crises: Aspectos Operacionais: Alternativas Táticas; Negociação; Técnicas não letais; Tiro de comprometimento; Invasão tática; Operação e organização do posto de comando; Teatro de Operações e suas Dificuldades. Gerenciamento de Crises e Suas Fases: A pré-confrontação; Resposta imediata ou ação; O plano específico e a resolução: Análise da situação; Resolução. Apostila: Gerenciamento de Crise.

INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – IMPO: Uso Diferenciado da Força: Conceitos e definições; Uso Diferenciado da Força; Legislação: Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei, Portaria Interministerial nº 4.226, Tortura – Lei nº 9.455 de 07 de abril de 1997, Lesão Corporal; Modelos de uso diferenciado da força; Níveis de força; Considerações finais. Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo – IMPO: Histórico; Conceitos: Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, Técnicas de menor potencial ofensivo, Munições de menor potencial ofensivo; Equipamentos de menor potencial ofensivo: Bastão PR-24 (Tonfa), Algemas (Pulso), Lanterna. Agentes químicos: Classificações de agentes químicos; Características dos agentes químicos: Concentração; Persistência; Tipos de agentes químicos: OC – Oleoresina Capsaicina, CS – Ortoclorobenzalmalonitrilo. Munições Menos Letais: Especificações técnicas; Utilização. Espargidores OC: GL-108/OC – MED; GL-108/OC – MAX; G. PIM SUPER B. Granadas de Menor Potencial Ofensivo: GL-304; GL-305; GL-307; GL-308; GB-704; GB-705; GB-707; GB-708; GR M EF MRL EXPL M11; GR M LAC CS EXPL M80; GL-300/T; GL-300/TH; GR M LAC CS M85; GR M LAC CS M86. Armas de Incapacitação Neuromuscular: Termos comuns em eletricidade; Armas utilizadas no Departamento de Polícia Penal – DPP; TASER: Funcionamento da TASER; SPARK: Funcionamento da



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

SPARK; Regras de segurança aplicadas aos D.E.C. Apostila: Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo - IMPO.

INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA: A Atividade de Inteligência; História da Atividade de Inteligência e seu contexto nos dias atuais: Fase Embrionária; Fase da Bipolaridade; Fase de transição; Fase Contemporânea; Aspectos legais da atividade de inteligência nacional: O Sistema Brasileiro de Inteligência; Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; DEPEN e Inteligência Penitenciária; Estratégia e política nacionais de inteligência: Política Nacional de Inteligência; Estratégia Nacional de Inteligência; Aspectos legais de criação da Secretaria de Administração Prisional da Diretoria de Inteligência e Informação: Diretoria de Inteligência e Informação; Finalidades, competências e atuação da DINF/SAP; A inteligência como assessoramento à tomada de decisões estratégicas; Estruturação do Sistema de Inteligência Penitenciária e Socioeducativa; Novo Estatuto da Polícia Penal Catarinense; Características, finalidades, princípios e ramos da atividade de inteligência; Diferença entre atividade de inteligência e investigação policial; Canal técnico de inteligência e canal administrativo: diferença e importância de cada um. A Contrainteligência: Conceito e definições básicas da Contrainteligência; Atribuições da Contrainteligência; Segmentos da Contrainteligência: Segurança Orgânica e Segurança Ativa; Segurança Orgânica; Segurança Ativa; Segurança das instalações, Segurança da Documentação, Segurança do Pessoal, Segurança do Material, Segurança das Operações, Segurança das Comunicações, Telemática e Informática; Contrapropaganda e Contrassabotagem. As Organizações Criminosas: Definição de comandos de cadeia, facções criminosas e organizações criminosas; Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; O surgimento das organizações criminosas no Brasil e em Santa Catarina: O Comando Vermelho; O Primeiro Comando da Capital; Primeiro Grupo Catarinense; As alianças e rivalidades entre organizações criminosas; O envolvimento de mulheres e adolescentes com organizações criminosas; Inteligência Penitenciária no auxílio às demais Instituições de Segurança Pública, Tribunal de Justiça, Ministério Público. Procedimentos Quanto à Apreensão/Interceptação de Manuscritos e Objetos Relacionados com Ações de Organizações Criminosas no Âmbito Da SAP: Portaria Nº 0323/GABS/DINF/SJC de 16 de junho de 2014; A aplicação da Portaria 323/2014 e a importância do papel dos servidores da SAP no enfrentamento às organizações criminosas, contribuindo para o monitoramento e análise do Sistema Penitenciário de Santa Catarina. Apostila: Inteligência Penitenciária.

INTERVENÇÃO TÁTICA PRISIONAL: Introdução. Contexto histórico. A Intervenção Tática Prisional no Brasil. A Intervenção Tática Prisional em Santa Catarina. Forças Penitenciárias. Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP). Fundamentação Teórica. Uso Diferenciado da Força na esfera da Intervenção, direitos humanos e aspectos legais. Níveis de uso diferenciado da força. Procedimentos legais adotados após a Intervenção. Fundamentos Básicos de Intervenção. Técnicas de Entrada e Outros Procedimentos Correlatos. Tomada Rápida. Retirada de presos da cela e contenção. Apostila: Intervenção Tática Prisional.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIDOR: Introdução. Lei Complementar nº 774, de 27 de outubro de 2021. Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado (Lei nº 6.745/85). Apostila: Legislação Aplicada ao Servidor.

NORMATIVA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL: Dos Procedimentos Internos das Unidades Prisionais. Da entrada nos estabelecimentos penais: Dos Agentes de Segurança e dos Veículos Oficiais; Dos prestadores de serviço; Do controle de tráfego de veículos oficiais. Do ingresso de presos: Da



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

competência para recebimento; Dos documentos obrigatórios. Das movimentações diárias: Dos horários diários das movimentações; Da conferência nominal; Do Banho de Sol; Da revista estrutural; Do cumprimento de alvará de soltura. Do pecúlio. Das correspondências. Dos itens de uso coletivo. Dos medicamentos. Do direito de visitas: Da visita social virtual; Da visita social presencial; Da visita conjugal; Da suspensão de visitas; Da revista nos visitantes. Dos deveres e dos direitos do preso. Da disciplina prisional: Do comportamento; Das faltas disciplinares. Dos advogados: Do parlatório virtual. Dos oficiais de justiça. Dos órgãos de execução penal. Das instituições religiosas e assistenciais. Dos memorandos. Dos grupos específicos: Mulheres; Estrangeiros; Indígenas; Pessoas com deficiências; População LGBTI+. Do policial penal. Dos Deslocamentos e das Guardas Externas: Disposições gerais para todas as escoltas. Das escoltas judiciais. Das conduções e guardas em velórios. Das conduções e guardas de saúde: Da guarda hospitalar. Das Situações Adversas: Dos procedimentos a serem adotados em situações adversas. Da intervenção administrativa nos estabelecimentos penais do estado. Apostila: Normativa do Departamento de Polícia Penal.

NOÇÕES DE RADIOCOMUNICAÇÃO: Comunicação – História das comunicações. História da comunicação no Brasil: Rondon; Padre Landell De Moura. Comunicação Básica via Rádio: Canais de comunicação. Ruídos na comunicação. Dificuldades na comunicação inerentes ao emissor/receptor. Objetividades na radiocomunicação. Alfabeto fonético. Código Q ou Quebec. Rádio HT: Manuseio do Rádio HT. Cuidados no uso e transmissão via rádio. Operando com o radio comunicador. Importância do conhecimento e disciplina do operador. Pedido de prioridade. Apostila: Noções de Radiocomunicação.

OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: Introdução. Das Unidades Prisionais e dos Setores. Do Policial Penal e o Tratamento Penitenciário. Equipamentos de Proteção Individual – EPIS. Algema: Conceito; Nomenclatura das partes da algema: Tipos de Algemas; Algema com corrente; Algema com dobradiça; Algema Tática; Algema para Tornozelo; Algema plástica descartável. Formas de Algemação: Algemação pelas costas; Algemação frontal; Fundamentação legal: Súmula Vinculante nº 11; Decreto nº 8.858, de 26 de setembro de 2016; Portaria 1057 de 2022. Dos Procedimentos Internos das Unidades Prisionais: Entrada em unidades prisionais. Itens não autorizados aos presos. O ingresso de presos na unidade prisional: Da Competência para Recebimento; Documentos Obrigatórios; Recebimento de Presos; Alocação nas Celas. Movimentações internas: Do acesso e procedimento do policial penal nas galerias e alojamentos; Movimentações Diárias; Movimentações Internas; Conferência Nominal; Da Suspensão da Visita. Conduções e guardas de saúde: Guarda Hospitalar; Controle de Tráfego de Veículos Oficiais; Livro de Registro Diário das Movimentações. Procedimentos de Revista. Revista em materiais. Revista pessoal: Orientações Gerais para procedimentos de revista pessoal; Orientações específicas; Procedimentos de revista pessoal por detector de metais: Portal detector de metais; Detector de metais tipo “raquete”; Banco detector de metal. Procedimentos de Revista por Escâner Corporal; Revista pessoal em visitantes de preso; Revista pessoal minuciosa no preso; Do acesso de autoridades, servidores e visitantes em geral à unidade prisional; Inspeção em veículos. Da revista estrutural: Revista de cela. Da revista geral na unidade prisional. Situações Adversas: Rebeliões e motins; Incêndios; Surto de doenças contagiosas; Doenças contagiosas mais comuns. Apostila: Operacionalização do Sistema Penitenciário.

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO: Conceitos Básicos. Tetraedro do fogo: Combustível; Reação em Cadeia; Comburente; Calor. Pontos de temperatura. Métodos de extinção. Fases e fenômenos do incêndio interior confinado. Fenômenos de incêndios em combustíveis líquidos e gasosos. Transferência de calor. Classificação dos incêndios. Equipamento de proteção individual (EPI) e



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

ameaças respiratórias. Aparelhos Extintores; Agentes extintores. Tipos de extintores. Utilização dos extintores. Montagem de estabelecimentos: Mangueiras de incêndio. Montagem da linha: Tipos de linhas. Uso de água como agente extintor. Sistemas preventivos contra incêndios. Legislação estadual e correlata. Apostila: Prevenção e Combate a Incêndio.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL CATARINENSE: Definindo Conceitos; Modos de Produção. A evolução dos Modos de Produção da humanidade: as diferentes Sociedades; O Modo de produção primitivo; Modo de produção escravista; Modo de produção asiático; O Modo de produção feudal; O Modo de produção capitalista. As Políticas Públicas no Sistema Prisional; A Política Penitenciária. A finalidade do Sistema Prisional e da Pena Privativa de Liberdade. Políticas de trabalho e renda: Histórico do Trabalho no Sistema Prisional como Instrumento da Punição; Perspectiva Jurídica do Trabalho Prisional Brasileiro; Boas Práticas de Políticas Públicas do Trabalho no Sistema Prisional Catarinense. As Políticas da Educação. Política de Educação no Sistema Prisional Catarinense. Apostila: Políticas Públicas para a Reintegração Social no Sistema Prisional Catarinense.

SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES: Conceito e Histórico do SCO: Conceito; Histórico do SCO: No mundo; No Brasil; Em Santa Catarina. Princípios, Características e Boas Práticas do SCO: Princípios basilares do SCO: Princípio 1 - Terminologia comum; Princípio 2 - Alcance de controle; Princípio 3 - Organização modular; Princípio 4 - Comunicações integradas; Princípio 5 - Plano de Ação do Incidente (PAI); Princípio 6 – Cadeia de comando; Princípio 7 – Comando unificado; Princípio 8 – Instalações padronizadas; Princípio 9 – Manejo integral de recursos. Instalações do SCO; Principais instalações do SCO: Posto de Comando; Base; Acampamento; Centro de Informações ao Público; Heliponto e Helibase. Padronização de áreas: Área de espera; Área de concentração de vítimas; Perímetro de segurança; Área Quente; Área Morna; Área Fria. Estrutura Organizacional do SCO; Organograma Básico do SCO. Principais componentes da estrutura organizacional de resposta: Assessorias do Comando; Seção de operações; Seções de planejamento; Seção de logística; Seção de Finanças. Gerenciamento das informações: Organização inicial das informações; Gerenciamento das informações sobre a situação; Gerenciamento das informações sobre os recursos. Gerenciamento Integrado dos Recursos Operacionais: Conceito; Composição de Recursos; Situação do Recurso Operacional. Guia para resposta inicial - modelo “P” - Passos da resposta inicial: Incidente ou situação crítica. Apostila: Sistema de Comando em Operações.

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PENAL (IPEN): Introdução. Acesso ao i-Pen; Primeiros passos; Área de trabalho; Selecionar detento/visitante; Inserir anexo/documento; Memorando (antes atendimento); Módulo detentos; Controle de tráfego; Quarto de hora; Plantão extra; Cadastro de preso: dados pessoais, dados prisão, características, ficha de recebimento, nascimento, documentos, endereços, qualificação, nome falso e alcunha, características, alocar residência, rouparia, visitantes, BIC – boletim de identificação criminal, observações, pendência; Penal; atestado de reclusão; comportamento; evasão; fuga; infração; liberação; comunicação; saúde; consulta/exame; ferimento; internação; liberação; material biológico; óbito; remição; módulo portaria: buscar no SISP, buscar prontuário, consulta alocação. Movimentações. Saídas de remição. Saídas previstas. Retornos previstos: consultar ficha. Cadastrar observação. Registrar movimentação. Visitas. Cadastrar visitante. Endereços. Fotos. Vincular detento. Arquivos anexos. Observações. Termo e carteirinha. Visitas realizadas. Relatórios. Inteligência. Histórico. Consultas. Relatórios. Transferência. Admin. Conveniada. Horário de visita. Unidades DPP. Viatura. Usuário. Pendência. Livro plantão. Como preencher o livro.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Movimentações automáticas. Inserção de dados manuais. Autenticação do livro plantão. Busca por livros anteriores. Observação. Apostila: Sistema de Identificação e Administração Penal (IPEN).

UNIDADE DE TIRO DEFENSIVO: Teoria Geral do Armamento e Tiro - Introdução à legislação vigente específica para as armas de fogo, acessórios e munições e sua utilização, de dotação do sistema penitenciário; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019; Portaria interministerial nº 412/GM-MD, de 27/01/2020; Parecer nº 452/19-PGE; Portaria nº 145/GABSA/SAP. História geral das armas de fogo: Sequência da evolução das armas de fogo. Classificação das armas de fogo: Conceito; Outros conceitos e definições; Classificação: Classificação quanto à alma do cano; Classificação quanto ao sistema de carregamento; Classificação quanto ao sistema de inflamação; Classificação quanto ao funcionamento; Classificação quanto à mobilidade e ao uso; De porte; Portátil; Não Portátil; Quadro de classificação geral das armas de fogo; Quanto ao tamanho; Curta; Longa; Quanto ao sistema de acionamento; Ação Simples; Ação Dupla; Dupla Ação; Armas Quanto ao Uso. Normas e regras de segurança. Conduta em estande de tiro. Equipamento de proteção individual: Escudo balístico; Capacete balístico; Placas balísticas Nível III Stand-alone; Colete balístico nível II. Fundamentos do tiro e tomada de posições: Fundamentos do tiro; Fundamentos do tiro para arma de porte pistola: Base, Empunhadura para arma de porte pistola; Visada para arma de porte pistola; Respiração para arma de porte pistola; Acionamento da tecla do gatilho. Conceito e tipos de munições dos calibres .40S&W, 9MM, 12 GA da SAP: Histórico e características; Conceito; Componentes da munição; Estojo; Espoleta; Espoleta Boxer; Espoleta Berdan; Espoleta Bateria; Espoleta Anelar ou Circular; Pólvora; Tipos de Pólvora; Projétil; Alguns tipos de projéteis; Tipos de munição cal. 12 (cartucho); Calibres; Nomenclatura dos calibres nominais; Munições de dotação da SAP; Munição Original; Munição NTA; Munições de dotação da SAP; Munição .40S&W NTA 180GR; Munição .40 S&W EXPO 180GR; Munição .40S&W CXPO COPPER BULLET; Munição .40 S&W CXPO COPPER BULLET TACTICAL; Munição .40S&W ETPP 180GR; Munição .40 S&W EXPO GOLD HEX 155GR; Munição 9mm NTA 124GR (9x19); Munição 9mm EXPO +P+ BONDED 115GR (9x19); Munição cal. 12 – 12/70 bagos múltiplos de chumbo (SG); Munição cal. 12 – 12/70 Knock Slug – Balote Foster; Munição cal. 12 – 12/70 Knock Down – Balote; Munição cal. 12 – 12/70 Bagos Múltiplos De Chumbo Treina (3T); Resumo das munições .40 S&W e 9x19 mm; Comparação entre as munições NTA .40S&W e 9mm; Resumo das munições calibre 12 CBC; Munição menos letal cal. 12 Monoimpact – projétil de borracha – AM- 403. Introdução à balística com arma de fogo e subdivisões: Introdução à balística; O que é a balística e como se divide; Introdução ao clico O.O.D.A. e sistema de cores Jeff Cooper; Mentalidade de combate; O Código de Cores; Ciclo O.O.D.A. Teoria da Pistola - Conceito de pistola. Classificações da arma pistola. Pistolas de dotação do sistema penitenciário, características e funcionamento. Nomenclaturas das peças; Pistola semiautomática Taurus PT100 PLUS; Pistola semiautomática Taurus PT840. Tipos de Recarga: Recarga Administrativa; Recarga Tática; Recarga tática com Retenção; Recarga tática em “L”; Recarga tática em “H”; Recarga Emergencial. Identificação de panes da pistola e sua resolução: Pane de alimentação ou nega da munição; Pane de duplo carregamento ou double feed; Pane de carregamento ou fechamento incompleto; Pane de ejeção ou chaminé; Pane de extração (ferrolho trancado). Sistema de travas das pistolas: Desmontagem e montagem das pistolas PT940 E PT100; Desmontagem e montagem das pistolas PT840 E TH9. Desmontagem do carregador: Manutenção e conservação da pistola. Apostila: Unidade de Tiro Defensivo.